

## Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes - AME Mogi das Cruzes - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina  
Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes

CNPJ.: 61.699.567/0037-01

Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - AME Mogi das Cruzes**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2020. São Paulo, 28 de fevereiro de 2020. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Demonstração de Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro - Valores expressos em Reais		
Ativo	2019	2018	Descrição	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>	<b>12.288.546,08</b>	<b>14.150.230,34</b>	<b>Receitas Operacionais com Restrições</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa(3.1)</b>	<b>266.482,50</b>	<b>1.145.292,33</b>	<b>Receita Bruta de Serviços Prestados</b>		
Banco conta movimento	440,38	518,25	<b>com Restrições - Afiliadas Saúde</b>	<b>14.513.147,72</b>	<b>13.464.535,16</b>
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	266.042,12	1.144.774,08	Secretaria de Saúde do Estado	12.193.687,36	11.345.123,25
<b>Contas a Receber (Nota 3.3)</b>	<b>11.784.912,00</b>	<b>12.827.886,00</b>	Trabalhos Voluntários	2.154,93	2.249,89
Secr. Saúde do Est. S. Paulo (Nota 3.3.1)	11.784.912,00	11.296.446,00	Outras Receitas	83.797,37	34.717,74
Valor Estimado de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	-	1.531.440,00	Isenção usufruída	2.233.508,06	2.082.444,28
<b>Outros Créditos ( Nota 3.4)</b>	<b>108.446,41</b>	<b>75.275,66</b>	<b>(=) Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	<b>14.513.147,72</b>	<b>13.464.535,16</b>
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	54.994,29	40.926,17	<b>com Restrições - Afiliadas Saúde</b>	<b>14.513.147,72</b>	<b>13.464.535,16</b>
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	21.062,41	23.844,04	<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>		
Depósito Judicial (Nota 3.4.4)	32.389,71	-	<b>- Afiliadas Saúde</b>	<b>1,32</b>	<b>38,18</b>
Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.3)	-	10.505,45	Descontos Recebidos	-	38,18
<b>Estoques (Nota 3.5)</b>	<b>127.798,97</b>	<b>100.730,15</b>	Financeiras	1,32	-
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 3.5)	127.798,97	100.730,15	<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>14.513.149,04</b>	<b>13.464.573,34</b>
<b>Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.4.5)</b>	<b>906,20</b>	<b>1.046,20</b>	<b>(-) Custos dos Serviços Prestados</b>		
Assinatura de Periódicos a Vencer	906,20	1.046,20	<b>com Restrições - Afiliadas Saúde</b>	<b>8.337.999,49</b>	<b>7.869.263,08</b>
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>10.390.201,63</b>	<b>20.798.852,12</b>	(-) Serviços - Pessoal Próprio	5.118.813,19	4.921.916,40
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>9.180.629,86</b>	<b>19.160.922,44</b>	(-) Serviços - Terceiros P. Física	8.441,11	2.220,00
<b>Valores a Receber</b>	<b>9.180.629,86</b>	<b>19.160.922,44</b>	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	1.383.016,62	1.253.742,56
Valores a Receber (Nota 3.6)	7.374.824,19	19.160.922,44	(-) Manutenção e Conservação	80.430,51	111.217,53
Valor Estimado de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	1.805.805,67	-	(-) Mercadorias	503.972,31	411.870,32
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>1.209.571,77</b>	<b>1.637.929,68</b>	(-) Isenção usufruída	1.243.325,75	1.168.296,27
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>1.189.533,90</b>	<b>1.518.958,42</b>	<b>(=) Superávit/Déficit Bruto</b>	<b>6.175.149,55</b>	<b>5.595.310,26</b>
Bens Móveis (Nota 3.7)	3.745.851,71	3.788.538,66	<b>com Restrições - Afiliadas Saúde</b>	<b>6.175.149,55</b>	<b>5.595.310,26</b>
Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis (nota 3.7.1)	(2.556.317,81)	(2.269.580,24)	(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.862.203,73	2.544.902,88
<b>Ativo Intangível</b>	<b>20.037,87</b>	<b>118.971,26</b>	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	1.096.675,49	1.228.591,07
Intangível de Terceiros	494.676,68	494.676,68	(-) Manutenção e Conservação	951.190,48	605.778,14
Ajuste Vida Útil Econôm. Intangível Terceiros (474.638,81)	(474.638,81)	(375.705,42)	(-) Mercadorias	96.446,12	69.870,77
<b>Total do Ativo</b>	<b>22.678.747,71</b>	<b>34.949.082,46</b>	(-) Financeiras	26.985,81	27.017,82

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018	1 - Receitas	2019	2018
Resultados do exercício/periodo	-	-	1.1) Prestação de serviços	12.193.687,36	11.345.123,25
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			1.3) Outras Receitas (-) Receitas	-	-
(Aumento) Redução em contas a receber	10.990.235,83	10.478.936,96	Anuladas do Exerc. Na	83.797,37	34.717,74
(Aumento) Redução em estoques	(27.068,82)	7.930,95	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	2.233.508,06	2.082.444,28
Aumento (Redução) em fornecedores	7.493,34	70.503,74	1.5) Trabalho Voluntário	2.154,93	2.249,89
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(11.849.470,18)	(11.253.574,98)	<b>2 - Insumos Adquiridos</b>		
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(428.357,91)	(359.339,11)	<b>de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>4.036.163,98</b>	<b>3.651.682,94</b>
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas)atividades operacionais</b>	<b>(1.307.167,74)</b>	<b>(1.055.542,44)</b>	2.1) Matérias-primas consumidas	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	749.729,11	597.292,48
(-) Compras de imobilizado	-	-	2.3) Serviço de terceiros e outros	3.286.434,87	3.054.390,46
(-) Adição de Bens de Terceiros	329.424,52	259.057,57	2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
(-) Adição de bens intangíveis	98.933,39	100.281,54	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>10.476.983,74</b>	<b>9.812.852,22</b>
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas)atividades de investimentos</b>	<b>428.357,91</b>	<b>359.339,11</b>	<b>4 - Retenções</b>		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
Emprestimos tomados	-	-	<b>5 - Valor Adicionado Líquido</b>	<b>10.476.983,74</b>	<b>9.812.852,22</b>
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-	<b>Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>10.476.983,74</b>	<b>9.812.852,22</b>
Juros pagos por empréstimos	-	-	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>1,32</b>	<b>38,18</b>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas)atividades de financiamentos	-	-	6.1) Receitas financeiras	1,32	38,18
<b>Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(878.809,83)</b>	<b>(696.203,33)</b>	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>10.476.985,06</b>	<b>9.812.890,40</b>
No início do período	1.145.292,33	1.841.495,66	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>10.476.985,06</b>	<b>9.812.890,40</b>
No final do período	266.482,50	1.145.292,33	8.1) Pessoal e encargos	7.981.016,92	7.466.819,28

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação Civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da unidade gerenciada:** A Entidade, SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes, adiante denominado **AME Mogi das Cruzes**, tem foco no atendimento assistencial na área de consultas ambulatoriais especializadas e na realização de exames de apoio diagnóstico a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP, com abrangência de área dos municípios da região do Alto Tietê: Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. Atende às necessidades terapêuticas de média complexidade, com qualidade conforme demonstrado em pesquisa de satisfação indicando a aceitabilidade geral em média de 98% durante o ano de 2019 referente aos serviços prestados nesta unidade direcionado ao diagnóstico e resolubilidade com eficiência e humanização. Em 2019, buscamos aprimorar nossos serviços de melhoria contínua, através de certificações de qualidade, recebemos o Certificado de Acreditado com Excelência da instituição Acreditadora Credenciada pela Organização Nacional de Saúde, IQG- Instituto Qualisa de Gestão, renovado em 19 de julho de 2019, ainda recebemos o Certificado pela implantação das Normas NBR ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007, em 26 de junho de 2019, buscando a satisfação dos clientes internos e colaboradores prestando os serviços com qualidade e humanização, pensando nas ações de sustentabilidade, que fazem parte da nossa realidade. A partir da "Resolução SS Nº 50 de 17/06/16 iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina em 30/09/2016, no "Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes", que tem como finalidade a ampliação da oferta de especialidades para diagnóstico dos pacientes da região do Alto Tietê. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina assumiu a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes iniciando-se as atividades em Março de 2012, através do Contrato de Gestão nº 001.0500.000.036/2011, atualmente possui o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.018/2016, instrumento em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde que objetiva a operacionalização da gestão, apoio a gestão e execução das atividades e serviços de saúde assinado em 30 de Setembro de 2016 com prazo de 5 (cinco) anos com período de vigência de 01/10/2016 a 30/09/2021, o valor global do contrato é de R\$ 54.745.492,68 (Cinquenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos). **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** Formalidade da Escrituração Contábil - Res. 1.330/11 (NBC ITG 2000). As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - AME Mogi das Cruzes, R. Engenheiro de Eugênio Motta, 313. Jardim Santista - Mogi das Cruzes - São Paulo - CEP 08730-120. CNPJ nº 61.699.567/0037-01. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas a adotado atendem aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Banco do Brasil	Poupança TR+Juros		131,70	126,25
Banco do Brasil	CDB DI SWAP	FIXA	265.910,42	1.144.647,83
<b>Total de Aplicação*</b>			<b>266.042,12</b>	<b>1.144.774,08</b>

**3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos. **Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2019**

	31.12.2018-R\$	Aquisição	Baixa	31.12.2019-R\$
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>4.283.215,34</b>	<b>86.305,83</b>	<b>128.992,78</b>	<b>4.240.528,39</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>3.788.538,66</b>	<b>86.305,83</b>	<b>128.992,78</b>	<b>3.745.851,71</b>
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratório	2.804.560,40	53.900,86	75.457,57	2.783.003,69
Equipamentos de Processamento de Dados	159.094,84	420,00	10.560,64	148.954,20
Mobiliários em Geral	496.193,48	30.065,98	17.479,80	508.779,66
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	207.366,73	1.286,99	11.056,20	197.597,52
Aparelhos de Medição	27.497,59	-	6.780,00	20.717,59
Aparelhos e equipamento comunicação	38.934,90	-	2.021,10	36.913,80
Aparelhos e utensílios domésticos	14.607,52	632,00	5.067,47	10.172,05
Equipamentos p/ Audio Video e Foto	32.009,98	-	-	32.009,98
Máquinas e Utensílios de Escritório	1005,00	-	570,00	435,00
Outros Materiais Permanentes	7.268,22	-	-	7.268,22
<b>Intangíveis</b>	<b>494.676,68</b>	-	-	<b>494.676,68</b>
Softwares	494.676,68	-	-	494.676,68
<b>Total</b>	<b>4.283.215,34</b>	<b>86.305,83</b>	<b>128.992,78</b>	<b>4.240.528,39</b>



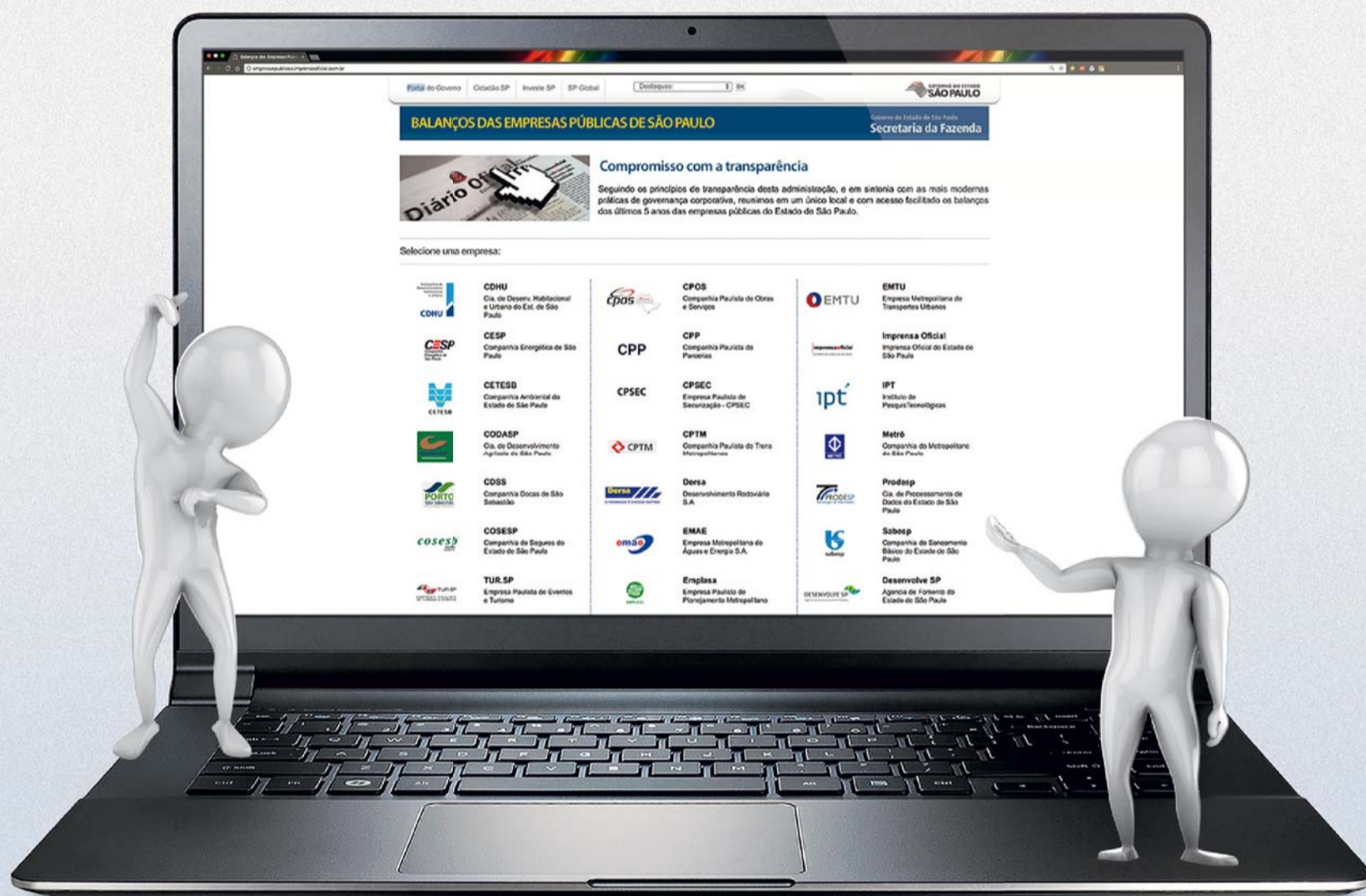


▶ **continuação** **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

# balanços das empresas públicas

## Compromisso com a transparência



- A **Secretaria da Fazenda**, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de **governança corporativa**.

[www.imprensaoficial.com.br/empresaspublicas](http://www.imprensaoficial.com.br/empresaspublicas)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO